

## **A VISIBILIDADE E A PRESERVAÇÃO DA MANIFESTAÇÃO RITUALÍSTICA E ESPACIAL DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NA CIDADE DE LAGUNA.<sup>1</sup>**

Ivie Mesquita<sup>2</sup>, Danielle Rocha Benício<sup>3</sup>, Letícia Damazio de Jesus<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> Vinculado ao projeto "O invisível no visível da Laguna: os espaços sagrados das religiões de matriz africana na cidade lagunense".

<sup>2</sup> Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo - Ceres - Bolsista Pivic - iviemesquita@email.com

<sup>3</sup> Orientadora, Departamento de Arquitetura e Urbanismo - Ceres - danielle.benicio@udesc.br

<sup>4</sup> Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo - Ceres - Bolsista Pivic - leticiadaje2@gmail.com

A iniciação científica "O invisível no visível da Laguna: os espaços sagrados das religiões de matriz africana na cidade lagunense", visando o reconhecimento de tais espaços sagrados, iniciou-se em agosto de 2019 e, em decorrência da pandemia gerada pelo Covid-19, foi prorrogada até agosto de 2022. Aqui apresentam-se os resultados preliminares dos objetivos específicos: construir um breve histórico acerca da origem, da chegada e da instância, bem como da continuidade mais ou menos renitente dessas religiões na mesma cidade; verificar o estado de conservação e apontar as principais transformações dos espaços sagrados analisados e refletir sobre o status da preservação dos mesmos como patrimônio cultural afro-brasileiro na realidade contemporânea lagunense; e contribuir para a visibilidade e a preservação, o respeito e a valorização, da manifestação ritualística e espacial das citadas religiões na Laguna. Para isso, adotam-se os procedimentos metodológicos de: revisão bibliográfica e iconográfica; levantamento de dados *in loco*, incluindo primeiramente a identificação dos espaços sagrados das religiões de matriz africana no espaço urbano lagunense e, em seguida, o inventário (por meio de observações, anotações e croquis, abarcando a descrição da obra e do seu estado de conservação), acompanhado de registro fotográfico de cada um dos espaços sagrados identificados e de entrevistas; cotejamento dos resultados obtidos em cada etapa e síntese crítica em prol das conclusões. Até a etapa de trabalho em campo, efetiva-se esta ação em equipe; a partir da etapa de reflexão, realiza-se individualmente por cada voluntária.

No primeiro ano da ação empreendeu-se a revisão sobre os referenciais teórico e legal (história do tempo presente, preservação do patrimônio, legislação urbanística e preservacionista); os referenciais teórico e iconográfico (religiosidades e culturas; religiões de matriz africana no Brasil; Umbanda; simbologia religiosa, espaço sagrado, "in"visibilidade do visível); e sobre os referenciais histórico e iconográfico (Laguna, história da cidade, presença afrodescendente e população escravizada). No segundo ano, deu-se prosseguimento a essa revisão dos referenciais; bem como planejou-se o inventário, com a descrição pormenorizada de espaços urbanos, paisagísticos e arquitetônicos e seus objetos sagrados e a distinção de(s) vertente(s) cultuada(s).

Informa-se que, no último ano, em decorrência da pandemia, reorganizou-se o planejamento e o cronograma iniciais da iniciação científica. Com efeito, o levantamento de dados *in loco* foi suspenso, posto que a região da Amurel manteve-se a maior parte deste período em situação gravíssima no mapa de risco publicado pelo Governo de Santa Catarina. Destarte, em concomitância, os espaços sagrados das religiões de matriz africana em Laguna mantiveram-se sem giras abertas ao público. Ressalta-se que todos os espaços serão visitados e observados (em momentos diferentes: em datas sem atividade religiosa; em situações de feitura de rituais, sem a

comparência da assistência; e durante a celebração de cultos, com a participação da assistência), a partir da vacinação completa de toda a equipe, prevista para o segundo semestre de 2021.

Então, considerando-se a situação pandêmica e a reorganização do planejamento e do cronograma originais da iniciação científica, principiou-se o processo de obtenção de dados, adaptado à realidade de pandemia. A partir da revisão sobre os referenciais teórico e legal, constatou-se, através dos diversos instrumentos legais de preservação cultural no Brasil, a ampliação da noção de patrimônio e o respectivo avanço jurídico brasileiro. A despeito da evolução do campo patrimonial brasileiro, na prática, as memórias dos povos não brancos ainda urgem por ser defendidas. A propósito, na lista de bens tombados pelo Iphan de 2015, havia mais de 400 espaços da Igreja Católica e apenas 14 terreiros de matriz africana. Mitigando tal discrepância em Santa Catarina, entre 2016 e 2017, entabulou-se o *Mapeamento das religiões de matriz africana na Grande Florianópolis*. Em Laguna, essa diligência aguarda efetivação.

Ademais, em Laguna, conclui-se que o legado negro permanece não reconhecido, nem devidamente valorado. Deveras, a preservação do patrimônio inaugurou-se em 1954 com o tombamento federal dado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) da Casa de Câmara e Cadeia. Simbolicamente, com isso reverenciou-se o poder da Coroa lusitana na vila colonial. Em 1977 promulgou-se a *Lei n. 34*, estabelecendo a proteção do patrimônio público histórico, artístico e natural do município. No ano seguinte, publicizou-se o *Plano de Restauração e Utilização Social e Econômica do Patrimônio Cultural, Histórico, Artístico, Paisagístico e Arquitetônico da Laguna*, visando preservar a feição histórica e o perfil madeirense e açoriano na cidade, ou seja, os marcos e os locais dos colonizadores e povoadores de origem portuguesa cristã. Embasada nesse *Plano*, a Municipalidade tombou edificações e fachadas testemunhas desse povo. Então, em 1985, o Iphan impôs o tombamento federal do berço citadino, justificado por consistir num documento para a história do Brasil, conservando a suposta homogeneidade luso-brasileira do conjunto edificado articulado ao sítio geográfico. Além da Igreja Santo Antônio dos Anjos, notabilizaram-se somente as edificações localizadas à sua direita, representativas do homem branco, português cristão, abastado e escravagista. Contudo, no final do século XIX, a urbe lagunense possuía significativa presença negra, fato comprovado, por exemplo, através de registros de batismos e associações. Logo, confirma-se a hipótese que o discurso histórico positivo de enaltecimento do branco português cristão fundamentou as ações preservacionistas no município, ignorando e desprezando os demais povos: a hegemonia histórica e patrimonial do colonizador levou à invisibilização das referências dos colonizados.

Enfim, ancorado na decolonialidade, reconheceram-se memórias e heranças da cultura afrodescendente - espaços de presença negra no Centro Tombado da Laguna: o antigo porto, local do tráfico escravocrata, de embarque indígena e desembarque negro (agora exibido como atração turística para contemplação da paisagem); a Fonte da Carioca, lugar de trabalho escravizado de busca de líquido potável e lavagem de roupas sujas (atual monumento turístico e fonte de consumo de água); a Capela Nossa Senhora do Rosário, *locus* de manifestação religiosa de matriz africana (demolida, o solo sagrado resta abandonado); e os clubes de associativismo, das sociedades recreativas (ressignificados ou desaparecidos). Apesar da importância desse legado, tais sobrevivências não são reconhecidas nem valorizadas - em geral, não são legalmente protegidas: muitas são submetidas ao processo de invisibilização e apagamento. É mister a defesa e a tutela das potenciais memórias negras lagunenses.

**Palavras-chave:** Religiões de Matriz Africana. Preservação Ritualística e Espacial. Laguna/SC.